



INSTITUTO ASSIST TECNICA EXTENSAO RURAL
Av. Senador Salgado Filho, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.emater.rn.gov.br

EDITAL Nº 90004/2026

Processo nº 02610010.001048/2026-65

PREGÃO ELETRÔNICO

90004/2026

CONTRATANTE (UASG)

(926944)

OBJETO

Aquisição de tanques de 1.000 litros e de 500 litros de resfriamento de leite para EMATER-RN no município de Santana do Matos/RN, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

27/05/2026 às 09 h (Horário de Brasília)

LOCAL (PLATAFORMA)

Portal de Compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900XX/2026

(Processo Administrativo nº02610010.001048/2026-65)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN, por intermédio do(a) Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 599/2025, de 04 de dezembro de 2025, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, do Decreto Estadual 32.449, de 07 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de 6 (seis) tanques de resfriamento de leite com sistema de expansão direta, confeccionados em aço inoxidável, com capacidades de 500 litros (três unidades) e 1.000 litros (cinco unidades), incluindo entrega, instalação, testes de funcionamento e capacitação de operadores locais. O fornecimento destina-se ao fortalecimento da cadeia produtiva do leite no município de Santana do Matos/RN, no âmbito das ações executadas pela EMATER-RN como o Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade Leite) e ao

Programa Leite Potiguar, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e anexos.

1.2. O objeto compreende 2 (dois) itens, agrupados em lote único na qual no sistema COMPRAS.GOV, encontra-se da seguinte forma:

1.2.1. Item 1 - Compreende a aquisição de Tanque de expansão formato cilíndrico, modelo 02 ordenha, sistema de refrigeração com expansão direta, isolamento térmico em poliuretano de alta qualidade de **1.000 litros. 380V (Trifásico)**.

1.2.2. Item 2 - Compreende a aquisição de Tanque de expansão formato cilíndrico, modelo 02 ordenha, sistema de refrigeração com expansão direta, isolamento térmico em poliuretano de alta qualidade de **500 litros. 220V (Monofásico)**.

1.3. Havendo qualquer discordância na especificação entre o Edital e do Termo de Referência, prevalecerá a do Termo de Referência.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Conforme disposto no termo de referência, anexo ao edital, a participação será exclusiva para microempresários e empresas de pequeno porte.

2.6.1. Caso não haja a efetiva participação no certame de no mínimo três empresas enquadrada como ME/EPP ou que as propostas venham ser desclassificadas por não atenderem as exigência do edital, a Administração, por meio do Pregoeiro, poderá aceitar e habilitar proposta de licitantes não enquadrada como ME/EPP, que por motivo de não travamento do sistema Compras.gov.br participe do certame.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), da Lei Complementar Estadual nº 675/2020 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.8. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

2.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.15. A vedação de que trata o item 2.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação consta no item 8. e 8.1. do Termo de Referência em anexo a esta Edital e em seu apêndice no Estudo Técnico Preliminar.

3.2. O orçamento estimado foi obtido através de **Pesquisa de Preço do Compraset**, o tratamento da cesta de preços seguiu a Instrução normativa 65/2021 parametrizados pelos incisos I (sítio oficial do Governo Federal de Pesquisa de Preços) e II com contratações da Administração Pública via **Portal Nacional de Contratações Públicas** dentro da vigência legal de preços.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como observando-se o previsto na [Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020](#).

4.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

- 4.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e na [Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os [itens 3.4 ou 3.6](#) sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 4.9.2. 1que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 4.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - 4.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
 - 4.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - 4.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.15.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 3.11](#) possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. Valor unitário e valor total do lote;
- 5.1.2. Marca/Modelo;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar as condições previstas no Termo de Referência.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante [**NÃO**] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de R\$100,00 (cem reais)**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado (**ABERTO**)
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da

sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da

6.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto no art [42 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020](#) e [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;[\[A1\]](#)

6.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.24.2. empresas brasileiras;

6.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia

pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 2.8 do edital**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação por registro de possível Ocorrência Impeditiva Indireta ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado. Caso haja empate entre propostas, será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (critério de desempate em favor de ME/EPP) e da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020 e do Decreto 8538, de 06 de outubro de 2015.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.11. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.11.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.11.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 7.11.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.12. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.13.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 7.13.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.13.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 7.13.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.17. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.22. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.24. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8. FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%**, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, mediante a declaração de autenticidade por advogado, sob sub responsabilidade pessoal” (art. 12, IV, da Lei 14.133/2021), ou por assinatura digital em meio eletrônico, desde que mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) (art. 12, §2º, da Lei 14.133/2021).

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **3 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação

anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **3 (três) horas**, para:

- 8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sei.rn.gov.br>, após o cadastro do representante legal da licitante no sistema SEI/RN através do link: https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

10. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- I - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- II - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- III - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- IV - deixar de apresentar amostra;
- V - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

10.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.6. Fraudar a licitação

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- I - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- II - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- III - apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas **nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas **nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas **nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Rio grande do Norte, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas **nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9**, bem como pelas infrações administrativas previstas **nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita **no item 10.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Estado.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

11.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

11.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

11.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

11.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

12. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

12.1. A Contratada prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a qual será liberada somente após o término da vigência contratual, devendo ser renovada na eventual prorrogação contratual, e reforçada no caso de alteração do valor contratado, de forma a manter o percentual.

12.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Seguro-garantia; e

c) Fiança bancária.

12.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no Banco do Brasil.

12.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

12.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do

contrato;

c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada; e

d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. A comunicação entre a EMATER e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. A EMATER/RN poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

13.6. Deve o representante do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Termo de Referência e do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

13.7. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III).

13.8. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II).

13.9. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X).

13.10. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

13.11. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

13.12. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

14. ENTREGA DO OBJETO

14.1. Após a expedição da ordem de compra/serviço, a Contratada deverá apresentar os itens solicitados pela contratante, no prazo e atendendo as especificações estabelecidas no Termo de Referência. A entrega deve ocorrer diretamente no município de Santana do Matos/RN, com **instalação completa dos equipamentos e treinamento básico dos operadores locais**, garantindo o pleno funcionamento da solução. O prazo de entrega e instalação será de no máximo 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato, com substituição de equipamentos fora de especificação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, conforme cláusula contratual.

14.2. O objeto entregue deverá ter a marca que restou homologada, sendo vedada a entrega de outra marca, ainda que similar, salvo deferimento de pedido de troca de marca/modelo por parte da contratada.

14.3. Caberá à contratante proceder à verificação quanto à qualidade, quantitativos e conformidade do objeto para este Termo de Referência em consonância ao especificado no presente instrumento e na proposta de preços do vencedor, por meio de servidor gestor do contrato ou comissão designada para tal recebimento com efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação, oportunidade em que se observarão as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com o respectivo contrato feito a partir da proposta.

14.4. O material será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e no Contrato.

14.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto para este Termo de Referência e consequente aceitação mediante termo detalhado.

14.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

14.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.10. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. Da liquidação

15.1.1. Em atenção ao disposto no artigo 4º, § 1º e 3º da Resolução 011 de 16 de maio de 2024 do Tribunal de Contas do Estado-TCE:

"Art. 4º. Os prazos para liquidação e pagamento são cláusulas necessárias nos instrumentos de contrato, nos termos do inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 3º. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os prazos para liquidação da despesa e pagamento serão reduzidos pela metade

15.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

15.1.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.1.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I - a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital/aviso de contratação e seus anexos;
- II - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.1.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

15.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

15.1.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

15.2. Do Pagamento

15.2.1. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

15.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

15.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.2.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.2.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123](#),

[de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.3. Do Reajuste

15.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

15.3.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.3.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.3.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.3.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.3.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cpmater.rn@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da sede do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER/RN), no Centro Administrativo do Estado - Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova - Natal/RN. CEP: 59064-901.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, nos seguintes endereços eletrônicos:

17.10.1. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Portal de Compras Nacional (www.gov.br/compras)

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

17.11.2. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

- 17.11.3. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato
17.11.4. ANEXO III - Modelo de proposta comercial
17.11.5. ANEXO IV - Minuta de Ordem de Compra

Natal/RN, na data da assinatura.

FRANKI DA SILVA SOUZA
Diretor-Geral da EMATER/RN

WADME INÁCIO BEZERRA
Pregoeiro- EMATER/RN



Documento assinado eletronicamente por **FRANKI DA SILVA SOUZA, Diretor Geral**, em 14/05/2026, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41330500** e o código CRC **8AF1F22F**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 02610010.001048/2026-65

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a aquisição de 6 (seis) tanques de resfriamento de leite com sistema de expansão direta, confeccionados em aço inoxidável, com capacidades de 500 litros (três unidades) e 1.000 litros (cinco unidades), incluindo entrega, instalação, testes de funcionamento e capacitação de operadores locais. O fornecimento destina-se ao fortalecimento da cadeia produtiva do leite no município de Santana do Matos/RN, no âmbito das ações executadas pela EMATER-RN como o Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade Leite) e ao Programa Leite Potiguar.

Grupo de item	item	Especificação	CATMAT	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor total	Valor Global
1	1	Tanque de expansão formato cilíndrico, modelo 02 ordenha, sistema de refrigeração com expansão direta, isolamento térmico em poliuretano de alta qualidade de 1.000 litros. 380V (Trifásico)	217980	3	UND	R\$ 18.662,64	R\$ 55.987,92	R\$ 96.916,92
	2	Tanque de expansão formato cilíndrico, modelo 02 ordenha, sistema de refrigeração com expansão direta, isolamento térmico em poliuretano de alta qualidade de 500 litros. 220V (Monofásico)	217977	3	UND	R\$ 13.643,00	R\$ 40.929,00	

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade de fornecimento, instalação e capacitação operacional de tanques de resfriamento de leite com capacidades de 500 e 1.000 litros, em atendimento à Emenda Parlamentar Individual nº 258, para uso pela EMATER-RN no município de Santana do Matos/RN.

2.2. A aquisição se justifica pela necessidade de estruturação da cadeia produtiva do leite na região do Seridó potiguar, maior polo leiteiro do Estado, onde ainda há carência de infraestrutura adequada para o resfriamento e conservação do leite cru, ocasionando perdas pós-ordenha e prejudicando a qualidade do produto final. Tal cenário compromete a inserção dos produtores locais da agricultura familiar em programas de comercialização institucional e

de segurança alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Leite) e o Programa Leite Potiguar (PLP).

2.3. Com base no disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que elege o planejamento como princípio basilar das contratações públicas, e no art. 6º, XXIII, alínea "b", da mesma Lei, esta fundamentação toma por base os Estudos Técnicos Preliminares elaborados pela equipe de planejamento, os quais demonstraram a viabilidade e a vantajosidade da solução proposta. O modelo tecnológico adotado (tanques de expansão direta) foi escolhido por sua compatibilidade com as características operacionais da produção leiteira regional, apresentando resfriamento eficiente, segurança sanitária e boa relação custo-benefício.

2.4. A demanda está alinhada às competências institucionais da EMATER-RN, nos termos do art. 46 da Lei Complementar Estadual nº 163/1999, notadamente quanto à promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Ainda que a ação não tenha sido originalmente prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) id:41325090, a sua inclusão decorre de dotação específica oriunda de Emenda Parlamentar, conforme permitido pelo art. 18, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

2.5. A adoção da modalidade de Pregão Eletrônico com critério de julgamento por menor preço encontra amparo no art. 28 e no art. 33, inciso I, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto da contratação possui natureza de fornecimento de bens permanentes, caracterizando-se como aquisição comum, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme art. 6º, inciso XIII da mesma norma, tendo seus padrões de qualidade e desempenho definidos objetivamente a partir de especificações usuais de mercado.

2.6. Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 675, de 6 de novembro de 2020, e da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será adotado o tratamento favorecido e diferenciado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), especialmente quanto à possibilidade de reserva de cota exclusiva para esse segmento, conforme a viabilidade técnica e o valor estimado da contratação, que não ultrapassa R\$ 200.000,00. O edital poderá prever ainda o critério de desempate local, conforme permitido pela legislação estadual.

2.7. Dessa forma, a contratação ora fundamentada atende ao interesse público, promovendo benefícios socioeconômicos à população beneficiária e contribuindo para a redução das desigualdades regionais e para a geração de renda no campo, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável.

2.8. O prazo de vigência do contrato será de 180 dias contados a partir da assinatura do instrumento contratual, com prazo de prorrogação por igual período, suficiente para entrega, instalação, recebimento definitivo e demais obrigações correlatas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta compreende a aquisição, entrega e instalação de **seis tanques de resfriamento de leite em aço inoxidável com sistema de expansão direta**, sendo **três tanques com capacidade de 500 litros e três tanques com capacidade de 1.000 litros**, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

3.2. Os equipamentos devem possuir formato cilíndrico vertical, isolamento térmico em poliuretano injetado de alta densidade (mínimo de 5 cm), sistema de refrigeração com unidade condensadora de alto rendimento, agitador interno para homogeneização do leite, régua milimétrica homologada pelo INMETRO, válvula de saída tipo borboleta em aço inox com rosca SMS 2", controlador eletrônico de temperatura e dispositivos de proteção elétrica. Todos os tanques devem ser compatíveis com até duas ordenhas diárias e capazes de manter o leite armazenado entre 3 °C e 5 °C até o momento da coleta.

3.3. A entrega deve ocorrer diretamente no município de **Santana do Matos/RN**, com instalação completa dos equipamentos e instrução básico dos operadores locais, garantindo o pleno funcionamento da solução. O prazo de entrega e instalação será de no máximo 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato, com substituição de equipamentos fora de especificação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, conforme cláusula contratual.

3.4. A solução contempla também a garantia mínima de 60 meses para partes em aço inoxidável e de 12 meses para os componentes elétricos e eletrônicos, além de suporte técnico e disponibilidade de peças de reposição no Estado do Rio Grande do Norte, conforme exigido nos requisitos de contratação.

3.5. Por fim, a aquisição dos tanques possibilitará o resfriamento adequado do leite no ponto de produção, promovendo a melhoria da qualidade do produto, a redução de perdas, o aumento da renda dos produtores familiares locais e a ampliação da capacidade de atendimento dos programas públicos de distribuição de alimentos. Trata-se, portanto, de uma solução integrada que considera todo o ciclo de vida do objeto, da aquisição à operação, com impactos diretos sobre a segurança alimentar e o desenvolvimento regional sustentável.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.2. A execução do objeto ocorrerá mediante fornecimento, entrega, instalação, testes de funcionamento e instrução operacional de 06 (seis) tanques de resfriamento de leite, sendo 03 (três) unidades com capacidade de 500 litros e 03 (três) unidades com capacidade de 1.000 litros, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3. ESPECIFICAÇÕES GERAIS

4.3.1. **Capacidades:** 500 litros e 1.000 litros.

4.3.2. **Formato:** Cilíndrico vertical.

4.3.3. **Número de Ordenhas:** Adequado para duas ordenhas diárias.

4.3.4. **Sistema de Refrigeração:** Expansão direta com unidade condensadora de alto rendimento, compatível com a capacidade do tanque.

4.3.5. **Isolamento Térmico:** Poliuretano injetado de alta densidade, com espessura mínima de 5 cm.

- 4.3.6. **Tipo de agitação:** Automática Programável;
- 4.3.7. **Compressor:** Hermético ou semi-hermético, com potência adequada (ex: 1,5 a 2 HP para 1.000 L), com gás ecológico.
- 4.3.8. **MATERIAL:**
- 4.3.8.1. com espessura mínima de 1,25 mm, polido com rugosidade menor que $RA = 1$ (0,62), com parede dupla e isolamento de 50 mm de espessura e densidade de 40 kg/m^3 em poliuretano injetado livre de CFC, que previne o aumento da temperatura do leite resfriado, não ultrapassando $1,2^\circ \text{C}$ em 12 horas a uma temperatura ambiente de 32°C .
- a) **Interno:** Aço inox AISI 304.
- b) **Externo:** Aço inox AISI 304 ou 430.
- c) **Fundo:** Com declive para facilitar o escoamento do leite.
- d) **Pés:** Niveladores com base em aço galvanizado ou inox.
- 4.4. **COMPONENTES E ACESSÓRIOS**
- 4.4.1. **Agitador:** Motor redutor com pás em aço inox para homogeneização do leite.
- 4.4.2. **Sistema de Medição:** Régua milimétrica com tabela de conversão homologada pelo INMETRO.
- 4.4.3. **Válvula de Saída:** Tipo borboleta em aço inox com rosca SMS 2".
- 4.4.4. **Manual de operação:** Em português, com orientações técnicas e de segurança.
- 4.4.5. **Controle Eletrônico:**
- a) Controlador digital de temperatura.
- b) Proteções contra sobrecarga e variações de tensão.
- 4.4.6. Sistema de aterramento e para-raios.
- 4.5. **NORMAS E CERTIFICAÇÕES**
- 4.5.1. Conformidade com as normas N-76 e N-77.
- 4.5.2. Classificação de desempenho 2BII e 4BII.
- 4.5.3. Certificação ISO 9001:2015 para o fabricante.
- 4.6. **GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**
- 4.6.1. **Garantia:**
- a) 5 anos (60 meses) para componentes em aço inox.
- b) 1 ano (12 meses) para componentes elétricos e eletrônicos.
- 4.6.2. **Assistência Técnica:** Disponibilidade de suporte técnico e peças de reposição no estado do Rio Grande do Norte.
- 4.6.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica sem ônus adicional para a Administração, incluindo substituição de peças, reparos e correção de defeitos de fabricação.
- 4.7. **MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO:**
- 4.8. Toda solicitação referente à execução contratual deverá ser formalizada pelo fiscal do contrato designado pela Administração, incluídas no processo administrativo via SEI.
- 4.8.1. email institucional;
- 4.8.2. notificações administrativas;
- 4.8.3. emissão de ordem de compras;
- 4.8.4. contatos realizados pelo fiscal e gestor do contratato.
- 4.9. **CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**
- 4.9.1. **Entrega:** Inclusa no local de instalação em Santana do Matos/RN em horário de expediente administrativo, compreendido entre 08h00 e 14h00, em dias úteis;
- 4.9.2. **Instalação:** Inclusa, com instrução básico para operadores locais;
- 4.9.3. **Prazo de Entrega:** Máximo de 20 dias úteis após a assinatura do contrato;
- 4.9.4. **Rejeição e substituição:** Materiais fora do padrão devem ser substituídos em até 5 dias úteis;
- 4.9.5. **Custos logísticos:** Totalmente arcados pela contratada.
- 4.10. **O TANQUE DEVERÁ PERMITIR:**
- 4.10.1. A coleta e armazenamento do leite em condições sanitárias adequadas;
- 4.10.2. A manutenção da temperatura do leite entre 3°C e 5°C até o momento do recolhimento;
- 4.10.3. A redução de perdas causadas por deterioração;
- 4.10.4. A melhoria das condições de comercialização e logística nos programas de aquisição de alimentos;
- 4.10.5. A valorização da produção local e o incremento da renda de pequenos produtores.
- 4.11. Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade

podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.12. Os materiais deverão ser fornecidos mediante emissão de Ordem de Compra e Nota de Empenho. Os itens devem ser entregues de acordo com orientação do fiscal de contrato e/ou gestor, indicado para o recebimento e quando necessário com a devida supervisão de servidores da Unidade requisitante.

4.13. A entrega dos produtos deverá ser feita na **EMATER em Santana do Matos, Av. 27 de Outubro, 11, Santa Luzia, Santana do Matos/RN nos horários das 08h às 14h**, em dias úteis obedecendo ao prazo de 20 (vinte) dias, devendo o material a ser entregue, receber a prévia aprovação do Fiscal do Contrato, que se reserva ao direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam os padrões específicos.

4.14. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.15. Todas as despesas de envio, transporte, carga, descarga, substituição ou acréscimo de materiais e outras para efetiva entrega dos materiais, correção por conta do fornecedor.

4.16. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento por MENOR PREÇO, nos termos do art. 28 e art. 33, inciso I, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, a competitividade do mercado fornecedor e a necessidade de economicidade na aquisição.

4.17. **Obrigações da Contratada:**

4.18. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) realizar demonstração prática operacional e de manutenção preventiva aos servidores ou produtores indicados pela contratante;

d) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

e) arcar com **todos os custos de transporte, carga, descarga, instalação e eventuais substituições**, inclusive os relacionados à devolução de itens rejeitados;

f) Responder por **danos causados a bens públicos, ao meio ambiente ou a terceiros**, decorrentes da execução do contrato;

g) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

h) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4.19. **Obrigações da Contratante**

a) Designar formalmente o **fiscal do contrato**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, para acompanhar, registrar e atestar a execução do objeto contratado;

b) Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato, exigindo as correções devidas no prazo estabelecido;

c) Emitir o **termo de recebimento provisório e definitivo** dos bens, conforme previsto na legislação e no contrato.

d) Garantir o acesso dos técnicos da contratada ao local de entrega e instalação dos equipamentos, bem como disponibilizar pessoal da unidade para acompanhar as instruções operacionais básico;

e) Informar previamente qualquer alteração de cronograma que possa impactar a entrega ou instalação.

f) efetuar o pagamento após o cumprimento das obrigações contratuais.

4.20. **Das práticas e critérios de sustentabilidade**

4.20.1. Nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e conforme as diretrizes do Decreto Federal nº 10.887/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2021, esta contratação observará práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

4.20.2. A contratada deverá observar os seguintes requisitos mínimos de sustentabilidade:

a) Utilização de **materiais recicláveis ou reutilizáveis**, sempre que possível, nas embalagens dos equipamentos entregues;

b) Fornecimento de tanques com **isolamento térmico em poliuretano de alta densidade**, promovendo eficiência energética e reduzindo o consumo de eletricidade;

c) Equipamentos com **uso de gás refrigerante ecológico** (ex: R134a ou R404A), que não agrida a

camada de ozônio, conforme legislação ambiental vigente;

d) Atendimento às normas sanitárias e ambientais brasileiras (ex: N-76, N-77 e certificações como ISO 14001, quando aplicável);

e) Disponibilização de **manual de operação com recomendações de uso sustentável**, incluindo orientações para uso eficiente de energia e descarte correto de resíduos.

4.21. **Da Subcontratação**

4.21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.22. **Garantia da Execução Contratual**

4.23. A Contratada prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a qual será liberada somente após o término da vigência contratual, devendo ser renovada na eventual prorrogação contratual, e reforçada no caso de alteração do valor contratado, de forma a manter o percentual.

4.24. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Seguro-garantia; e

c) Fiança bancária.

4.25. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no Banco do Brasil.

4.26. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

4.27. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada; e

d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

4.28. **Da exigência de amostra**

4.29. Considerando que as especificações técnicas dos tanques de resfriamento de leite encontram-se devidamente detalhadas no Termo de Referência e que a avaliação da conformidade será realizada com base na documentação técnica apresentada pela contratada e na verificação do bem entregue, **não será exigida apresentação de amostra técnica prévia à contratação ou à entrega dos equipamentos.**

4.29.1. A avaliação da adequação do objeto será realizada no ato da entrega, por meio de verificação técnica e funcional pelos fiscais designados, conforme critérios de recebimento provisório e definitivo previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.30. **ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

4.30.1. A execução contratual será considerada concluída após:

a) entrega integral dos equipamentos;

b) instalação;

c) teste de funcionamento;

d) instrução operacional;

e) emissão do recebimento definitivo;

f) cumprimento das obrigações de garantia previstas contratualmente.

5. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO**

5.1. A contratação não será parcelada porque os itens (tanques de resfriamento de leite com capacidades de 500 e 1.000 litros) integram uma **mesma funcionalidade técnica e operacional**, possuindo natureza e destinação semelhantes, com o objetivo comum de estruturar a cadeia produtiva do leite no município de Santana do Matos/RN.

5.2. O fornecimento conjunto favorece a **padronização logística, a compatibilidade de instalação e a uniformidade de manutenção**, além de possibilitar ganhos de escala na aquisição. O fracionamento da contratação comprometeria a eficiência da execução e poderia elevar custos administrativos, contrariando os princípios da economicidade e da eficiência previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Assim, com base no §1º do art. 23 do referido diploma legal, o não parcelamento mostra-se técnica e economicamente justificado.

6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATUAL**

6.1. **Fiscal do Contrato**

6.2. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela EMATER/RN, por meio de agente(s) designado(s), que verificará(ão) o cumprimento das obrigações assumidas, a disponibilidade dos serviços, a estabilidade da conexão, o desempenho técnico e o suporte prestado;

- 6.3. A Fiscalização da contratação será exercida por um representante nomeado pela Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à administração;
- 6.4. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;
- 6.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada dos serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.6. O fiscal do contrato anotará em registro todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 6.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços deverão ser solicitadas ao Diretor Administrativo da EMATER-RN, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 6.9. Além disso, que seja realizada uma exposição acerca dos conhecimentos, informações, inovações e rede de contatos, para os funcionários do setor e demais interessados, com o fito de compartilhar a experiência apreendida da participação.

6.10. **Gestor do Contrato**

- 6.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da execução do serviço contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV e DECRETO Nº 32.449, DE 07 DE MARÇO DE 2023.).
- 6.10.2. O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II e DECRETO ESTADUAL Nº 32.449, DE 07 DE MARÇO DE 2023.).
- 6.10.3. O gestor da contratação acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III E DECRETO Nº 32.449, DE 07 DE MARÇO DE 2023.).
- 6.10.4. O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X e DECRETO Nº 32.449, DE 07 DE MARÇO DE 2023.).

7. **CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

7.1. **Recebimento do Objeto**

- 7.1.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.1.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.1.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório por servidor competente após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, atesto.

7.2. **Do Pagamento**

- 7.2.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 7.2.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- II - a data da emissão;
- III - os dados da contratação e do órgão contratante;
- IV - o período de prestação dos serviços;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.2.11. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. **Prazo de Pagamento**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

7.4. **Forma de Pagamento**

7.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Antes do pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.4.4. Constatando-se, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.4.5. A prestação de serviços, objeto deste Termo de Referência, estará sujeita às alterações contratuais conforme previsto na Lei Federal de Licitações nº 14.133/2021.

7.4.6. A execução do objeto constante deste Termo de Referência será realizada mediante a emissão de Nota de Empenho - NE.

7.4.7. Previamente ao pagamento à Contratada, a Contratante realizará consulta da regularidade fiscal, para verificar a manutenção das condições de habilitação, através de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 62 e 63 da Lei Federal de Licitações nº 14.133, de abril de 2021. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.8. Previamente à emissão de nota de empenho e pagamento, a Administração deverá verificar a regularidade da empresa para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.4.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.10. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1. As quantidades foram calculadas considerando o valor médio obtido na pesquisa de preços, sendo 03 unidades de tanques de resfriamento, com capacidade de armazenamento de 500 litros, destinados a comunidades mais afastadas, com menor volume diário de produção e risco ampliado de deterioração se utilizados tanques maiores. E 03 unidades de tanques de resfriamento, com capacidade de armazenamento de 1.000 litros de armazenamento, destinados a comunidades com maior concentração de produtores e logística de coleta mais frequente e acessível. Vale salientar que está incluindo entrega, a instalação e instrução básico, de forma a atender o maior número possível de núcleos produtivos, sem comprometer a integridade sanitária do leite armazenado nem ultrapassar o limite da emenda.

8.2. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de tanques de resfriamento de leite para o atendimento das necessidades da agricultura familiar no município de Santana do Matos/RN. A iniciativa insere-se no contexto de fortalecimento da cadeia produtiva leiteira local e no apoio direto à operacionalização de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, notadamente o Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade Leite (PAA-Leite) e o Programa Leite Potiguar (PLP).

8.3. A definição do quantitativo a ser licitado balizou-se na conjunção de fatores técnicos, logísticos e orçamentários, descritos a seguir:

a) Limitação Orçamentária: O quantitativo máximo estimado encontra-se estritamente vinculado ao limite financeiro disponibilizado pela Emenda Parlamentar nº 258/2024, que prevê o montante de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Este recurso será aplicado integralmente na aquisição e na instalação dos equipamentos.

b) Parâmetros Técnicos e Demanda Estimada: Para o dimensionamento da capacidade de resfriamento, utilizou-se como parâmetro técnico a realidade do semiárido potiguar. Estima-se uma produção média de 50 (cinquenta) litros de leite por dia por agricultor familiar — o que corresponde a um rebanho médio de 5 a 10 matrizes em lactação por unidade familiar.

c) Com base nesse volume diário, a presente contratação visa contemplar cerca de 90 (noventa) produtores rurais. Para garantir a viabilidade operacional, esses beneficiários serão organizados em 6 (seis) comunidades ou arranjos associativos distintos, estratégia que reduz drasticamente o tempo de deslocamento da ordenha até o tanque, mitigando a degradação microbiológica e a perda do produto por acidez.

8.4. Justificativa do Quantitativo e Descentralização: Visando assegurar a eficiência logística, a descentralização do atendimento e a estrita adequação à capacidade produtiva de cada localidade beneficiada, a equipe técnica da EMATER/RN concluiu pela necessidade de aquisição de 06 (seis) tanques de resfriamento, com capacidades volumétricas distintas, sendo:

- 03 (três) unidades com capacidade de 1.000 (mil) litros; e
- 03 (três) unidades com capacidade de 500 (quinhentos) litros.

8.5. Conclusão da Estimativa: O quantitativo proposto reflete o início da implantação gradual de uma estrutura de resfriamento coletivo no município. A mescla de capacidades (1.000L e 500L) observa os princípios da economicidade e da proporcionalidade, atendendo à demanda prioritária sem caracterizar superdimensionamento ou risco de ociosidade dos equipamentos. Por se tratar de infraestrutura de uso coletivo, a presente modelagem maximiza o alcance socioeconômico da política pública e da emenda aportada, ainda que não esgote a totalidade da demanda reprimida da região, a qual poderá ser objeto de futuras etapas de expansão e contratações complementares.

8.6. Com base em pesquisas realizadas em fontes confiáveis, como o **Pesquisa de Preço do Comprasnet e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, o tratamento da cesta de preços seguiu a Instrução normativa 65/2021 parametrizados pelos incisos I (sítio oficial do Governo Federal de Pesquisa de Preços) e II com contratações da Administração Pública via Portal Nacional de Contratações Públicas dentro da vigência legal de preços e inciso IV (pesquisa direta com fornecedores). Além disso, utilizou-se a metodologia que afere os preços excessivamente elevados e inexequíveis, finalizando com a definição da mediana para obtenção do valor final. Portanto, o valor estimado total é de R\$ **96.916,92 (noventa e seis mil novecentos e dezesseis reais e noventa e dois centavos)**.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. A seleção do fornecedor se dará por meio de **licitação na modalidade Pregão Eletrônico**, conforme previsto no art. 28, inciso II, e art. 17, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A escolha da modalidade pregão eletrônico justifica-se em razão da natureza comum do objeto, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio das especificações técnicas objetivas, padronizadas e amplamente disponíveis no mercado.

9.2. O **critério de julgamento adotado será o de menor preço**, na forma do art. 33, inciso I, alínea “a”, da mesma Lei, considerando o **menor valor global por grupo/lote de itens**, conforme estabelecido no edital. Tal critério visa garantir a economicidade da contratação e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, respeitando os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção objetiva.

9.3. A adjudicação ocorrerá por lote, com vistas a assegurar a adequada gestão contratual, a padronização dos serviços e a responsabilidade integral pela execução do objeto.

9.4. O lote/grupo desta licitação será destinados à participação exclusiva de **Microempresas (ME) e**

Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei Complementar Estadual nº 675/2020 e demais normas correlatas, considerando que os valores estimados por lote/grupo se enquadram nos limites legais para aplicação do tratamento diferenciado e favorecido às referidas categorias empresariais.

9.5. Somente será admitida a participação de licitantes que comprovem sua condição de ME ou EPP, mediante apresentação de documentação comprobatória exigida no instrumento convocatório, mediante fase de habilitação;

9.6. Na hipótese de não haver interessados enquadrados como ME ou EPP, ou caso não sejam apresentadas propostas válidas por empresas dessas categorias, a Administração poderá adotar as providências legalmente previstas para assegurar a continuidade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa.

9.7. **Exigências de Habilitação**

9.7.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.7.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.7.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

9.8. **Habilitação Jurídica**

9.8.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.9. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.9.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.9.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata;

9.9.8. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.9.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.9.10. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.10. **Qualificação Econômica Financeira**

9.10.1. Nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, a qualificação econômico-financeira tem como finalidade assegurar que os licitantes detenham condições adequadas de honrar os compromissos assumidos no contrato,

garantindo, assim, a execução satisfatória do objeto licitado.

9.10.2. Dessa forma, a Administração exigirá dos licitantes, na fase de habilitação, a apresentação dos seguintes documentos:

9.10.3. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.10.4. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.10.5. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.10.6. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.10.7. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.10.8. A exigência encontra amparo nos arts. 67 e 69 da Lei nº 14.133/2021 e observa o entendimento consolidado na Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União - TCU.

9.10.9. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.10.10. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.11. **Qualificação Técnica Operacional**

9.11.1. Para fins de habilitação, será exigida da licitante vencedora **comprovação de capacidade técnico-operacional**, por meio da apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado**, que comprovem o fornecimento anterior de **equipamentos similares aos objetos desta licitação** (tanques de resfriamento de leite com sistema de expansão direta e capacidades compatíveis), em conformidade com o art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021.

9.11.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter:

a) Identificação do contratante e da contratada;

b) Descrição clara do objeto fornecido, com indicação de modelo, capacidade e características compatíveis com os exigidos neste Termo de Referência;

c) Declaração de que os serviços ou fornecimentos foram executados de forma **satisfatória**, sem registros de inadimplemento ou penalidades contratuais.

9.11.3. Tal exigência visa assegurar que a empresa licitante tenha experiência prévia e capacidade técnica para fornecer e instalar os equipamentos objeto da contratação, garantindo a adequada execução contratual, conforme previsto nos princípios da eficiência e do interesse público.

10. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. A Lei nº 14.133/2021 em seu artigo 104, prevê a possibilidade da Administração Pública aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

10.2. O artigo 111 da lei nº 14.133/2021, também menciona a aplicação de sanções aqueles contratados que porventura se constituam em mora, vejamos:

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - **o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;**

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O artigo 155 da mencionada lei de licitação cita as hipóteses de infrações:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.4. Já o artigo 156 da lei nº 14.133/2021, estabelece as possíveis sanções a serem aplicadas:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5. Diante do esclarecimento legal acima exposto, a presente contratação, em casos de atraso no cumprimento da obrigação estabelecida, pela inexecução total ou parcial do contrato, garantidos os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, observarão os seguintes termos:

10.6. No caso de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, será aplicada a penalidade de multa de mora a incidir sobre a parcela em atraso no percentual de:

a) 5% (cinco percentuais) sobre o valor total contratado, em caso de duas alterações das datas para realização do evento; e

b) 10% (dez percentuais) sobre o valor total contratado, em caso de três alterações das datas para realização do evento

c) No caso de inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, será aplicada multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento):

d) A inexecução total do objeto do contrato implicará multa de 20% (vinte por cento), a qual será calculada sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente; e

e) A inexecução parcial do objeto do contrato implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação não cumprida, considerado o valor dos materiais não fornecidos ou das parcelas dos serviços ou das obras não realizadas.

10.7. As sanções previstas nos incisos I e II, poderão ser aplicadas, cumulativamente, com as previstas nos incisos I (advertência), III (suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos) e IV (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública) do artigo 155 da Lei Federal de Licitações nº 14.133, de 2021, nos moldes estabelecidos daquele mesmo dispositivo.

10.8. A inobservância das condições contratuais e técnicas sujeitará a contratada, sem prejuízo de outras sanções legais e contratuais, às seguintes penalidades, observada a ampla defesa e o contraditório:

Infração	Penalidade Aplicável
Atraso injustificado na entrega e instalação dos tanques	- Multa de 2% por dia útil de atraso, sobre o valor do item em descumprimento, limitada a 20% do valor total do contrato;- 5% sobre o valor global do contrato em caso de duas prorrogações injustificadas;- 10% sobre o valor global do contrato em caso de três ou mais prorrogações injustificadas.
Inexecução total do objeto contratado	Multa compensatória de 20% sobre o valor total do contrato.
Inexecução parcial do objeto contratado	Multa compensatória de 10% sobre o valor da obrigação não cumprida (tanques não entregues ou com instalação/função irregular).
Entrega de produto fora das especificações técnicas	Multa de 5% sobre o valor da unidade afetada, com substituição imediata do item às custas da contratada.
Não realização da instalação ou das instruções	Multa de 3% do valor do item

operacionais exigidas	respectivo.
Recusa ou omissão no envio da documentação técnica obrigatória (incluindo termo de garantia)	Advertência formal na primeira ocorrência e, em caso de reincidência, multa de 5% sobre o valor do item envolvido.

10.9. A aplicação de penalidades não exime a contratada da obrigação de correção imediata das falhas constatadas.

10.10. No caso de descumprimentos graves e/ou reincidentes, poderá haver **rescisão contratual unilateral**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11. RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no artigo 155 da Lei Federal de Licitações nº 14.133, de abril de 2021. Outro motivo que enseja a rescisão contratual unilateral é o interesse público, pautado na conveniência e na oportunidade, e mais, na transparência e notoriedade do fato que gerou a rescisão e fez com que o poder público, por fator alheio à sua vontade, perdesse o interesse na execução do contrato, não possui, portanto, natureza punitiva, mas o cunho de beneficiar a coletividade.

12. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

12.1. Não se aplica a antecipação de pagamento para o objeto desta contratação.

13. CESSÃO DE CRÉDITO

13.1. Não se aplica a cessão de crédito para o objeto desta contratação.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos orçamentários assim classificados, conforme informação prestada pela Unidade Instrumental de Administração e Finaças- UIAF:

- I - Unidade Orçamentária: **31202 Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN**
- II - Subação: **195401 Segurança Alimentar e Nutricional**
- III - Funcional Programática: **20.606.0413.1954**
- IV - Natureza de Despesa: **44.90.52 Equipamentos e Material Permanente**
- V - Fonte: **0.500 Recursos não vinculados de Impostos**

15. APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

15.1. A autoridade competente, para aprovar este Termo de Referência, atinente aos itens definidos neste instrumento, de acordo com a conveniência e oportunidade, por meio de documento próprio para sua APROVAÇÃO, é o Diretor Geral do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN.

KLEVISSON RANNIERE MEIRA DE ARAÚJO

Matr.: 174.753-3

Analista de Extensão Rural

APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 02610010.001048/2026-65

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, lei de licitações e contratos públicos;

1.2. Decreto Estadual 32.449 de 07 de março de 2023, regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21;

1.3. Lei Complementar nº 695, de 18 de janeiro de 2022, gestão de contratos estaduais à nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021);

1.4. Lei complementar nº 675, de 06 de novembro de 2020, institui o estatuto da microempresa, empresa de pequeno porte e dos microempreendedores individuais do Rio Grande do Norte, estabelece tratamento diferenciado e favorecido e dá outras providências;

1.5. Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65 de 07 de junho de 2021, sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

2. OBJETIVO

Têm por objetivo o presente Estudo Técnico Preliminar identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para elaboração de termo de referência objetivando a **Aquisição de tanques de 1.000 litros e de 500 litros de resfriamento de leite para EMATER-RN no município de Santana do Matos.**

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART. 18, §1º, INCISO I)

3.1. A presente contratação visa à aquisição de tanques de expansão em formato cilíndrico, modelo com duas ordenhas, sistema de refrigeração por expansão direta e isolamento térmico em poliuretano de alta densidade, com capacidades de 500 de 220v (monofásico) e 1.000 litros 380v (trifásicos), conforme objeto da Emenda Parlamentar Individual nº 258. Tal aquisição busca atender às demandas institucionais do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN), alinhadas às suas competências legais previstas no art. 46 da Lei Complementar nº 163/1999, especialmente no que tange ao apoio direto à agricultura familiar e à pecuária.

3.2. O município de Santana dos Matos, localizado na região do Seridó potiguar, maior polo leiteiro do estado, enfrenta limitações na infraestrutura de resfriamento da produção leiteira no que tange aos agricultores familiares. A falta de tanques de expansão compromete a qualidade do leite cru, aumenta as perdas pós-ordenha e prejudica a inserção dos produtores em programas de comercialização e distribuição de alimentos.

3.3. A aquisição dos tanques de resfriamento configura-se, portanto, como ação estratégica para assegurar a conservação e a qualidade sanitária do leite, promovendo melhorias na renda dos agricultores familiares e na eficiência dos programas públicos de segurança alimentar, como o Programa Leite Potiguar (PLP) e o Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade Leite (PAA Leite). Ambos dependem da existência de estruturas adequadas de armazenamento para garantir o atendimento seguro e contínuo à população em situação de vulnerabilidade.

3.4. Além do benefício direto à produção e à comercialização, a medida contribui para o fortalecimento da cadeia produtiva do leite na região, gera impacto positivo sobre a economia local e reforça a atuação do Estado na redução das desigualdades sociais e no combate à pobreza.

3.5. A demanda, portanto, é legítima, necessária e plenamente aderente ao interesse público, caracterizando-se como solução viável e estruturante para os gargalos atualmente enfrentados pela produção leiteira no município de Santana dos Matos.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA - (ART. 18, §1º, INCISO II)

4.1. A presente demanda está prevista no PCA 2026 id: 41325090.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO III)

5.1. ESPECIFICAÇÕES GERAIS

5.1.1. Capacidades: 500 litros e 1.000 litros.

5.1.2. Formato: Cilíndrico vertical.

5.1.3. Número de Ordenhas: Adequado para duas ordenhas diárias.

5.1.4. Sistema de Refrigeração: Expansão direta com unidade condensadora de alto rendimento, compatível com a capacidade do tanque.

5.1.5. Isolamento Térmico: Poliuretano injetado de alta densidade, com espessura mínima de 5 cm.

5.1.6. Tipo de agitação: Automática Programável;

5.1.7. Compressor: Hermético ou semi-hermético, com potência adequada (ex: 1,5 a 2 HP para 1.000 L), com gás ecológico.

5.1.8. MATERIAL:

5.1.8.1. com espessura mínima de 1,25 mm, polido com rugosidade menor que $RA = 1 (0,62)$, com parede dupla e isolamento de 50 mm de espessura e densidade de 40 kg/m^3 em poliuretano injetado livre de CFC, que previne o aumento da temperatura do leite resfriado, não ultrapassando $1,2^\circ \text{C}$ em 12 horas a uma temperatura ambiente de 32°C .

a) **Interno:** Aço inox AISI 304.

b) **Externo:** Aço inox AISI 304 ou 430.

c) **Fundo:** Com declive para facilitar o escoamento do leite.

d) **Pés:** Niveladores com base em aço galvanizado ou inox.

5.2. COMPONENTES E ACESSÓRIOS

5.2.1. Agitador: Motor redutor com pás em aço inox para homogeneização do leite.

5.2.2. Sistema de Medição: Régua milimétrica com tabela de conversão homologada pelo INMETRO.

5.2.3. Válvula de Saída: Tipo borboleta em aço inox com rosca SMS 2".

5.2.4. Manual de operação: Em português, com orientações técnicas e de segurança.

5.2.5. Controle Eletrônico:

- a) Controlador digital de temperatura.
- b) Proteções contra sobrecarga e variações de tensão.

5.2.6. Sistema de aterramento e para-raios.

5.3. NORMAS E CERTIFICAÇÕES

5.3.1. Conformidade com as normas N-76 e N-77.

5.3.2. Classificação de desempenho 2BII e 4BII.

5.3.3. Certificação ISO 9001:2015 para o fabricante.

5.4. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.4.1. Garantia:

- a) 5 anos (60 meses) para componentes em aço inox.
- b) 1 ano (12 meses) para componentes elétricos e eletrônicos.

5.4.2. Assistência Técnica: Disponibilidade de suporte técnico e peças de reposição no estado do Rio Grande do Norte.

5.5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.5.1. Entrega: Inclusa no local de instalação em Santana dos Matos/RN;

5.5.2. Instalação: Inclusa, com instrução básico para operadores locais;

5.5.3. Prazo de Entrega: Máximo de 20 dias úteis após a assinatura do contrato;

5.5.4. Rejeição e substituição: Materiais fora do padrão devem ser substituídos em até 5 dias úteis;

5.5.5. Custos logísticos: Totalmente arcados pela contratada.

5.6. O TANQUE DEVERÁ PERMITIR:

5.6.1. A coleta e armazenamento do leite em condições sanitárias adequadas;

5.6.2. A manutenção da temperatura do leite entre 3°C e 5°C até o momento do recolhimento;

5.6.3. A redução de perdas causadas por deterioração;

5.6.4. A melhoria das condições de comercialização e logística nos programas de aquisição de alimentos;

5.6.5. A valorização da produção local e o incremento da renda de pequenos produtores.

5.7. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

5.7.1. Considerando que as especificações técnicas dos tanques de resfriamento de leite encontram-se devidamente detalhadas no Termo de Referência e que a avaliação da conformidade será realizada com base na documentação técnica apresentada pela contratada e na verificação do bem entregue, **não será exigida apresentação de amostra técnica prévia à contratação ou à entrega dos equipamentos.**

5.7.2. A avaliação da adequação do objeto será realizada no ato da entrega, por meio de verificação técnica e funcional pelos fiscais designados, conforme critérios de recebimento provisório e definitivo previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.8. EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL

5.9. A Contratada prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a qual será liberada somente após o término da vigência contratual, devendo ser renovada na eventual prorrogação contratual, e reforçada no caso de alteração do valor contratado, de forma a manter o percentual.

5.10. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Seguro-garantia; e

c) Fiança bancária.

5.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no Banco do Brasil.

5.12. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

5.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

- b) Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

5.14. Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.15. Os materiais deverão ser fornecidos mediante emissão de Ordem de Compra e Nota de Empenho. Os itens devem ser entregues de acordo com orientação do fiscal de contrato e/ou gestor, indicado para o recebimento e quando necessário com a devida supervisão de servidores da Unidade requisitante.

5.16. A entrega dos produtos deverá ser feita na EMATER em Santana dos Matos, Av. 27 de Outubro, 11, Santa Luzia, Santana do Matos/RN nos horários das 08h às 14h, em dias úteis obedecendo ao prazo de 20 (vinte) dias, devendo o material a ser entregue, receber a prévia aprovação do Fiscal do Contrato, que se reserva ao direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam os padrões específicos.

5.17. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.18. Todas as despesas de envio, transporte, carga, descarga, substituição ou acréscimo de materiais e outras para efetiva entrega dos materiais, correção por conta do fornecedor.

5.19. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento por MENOR PREÇO, nos termos do art. 28 e art. 33, inciso I, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, a competitividade do mercado fornecedor e a necessidade de economicidade na aquisição.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO IV)

- 6.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de tanques de resfriamento de leite para o atendimento das necessidades da agricultura familiar no município de Santana do Matos/RN. A iniciativa insere-se no contexto de fortalecimento da cadeia produtiva leiteira local e no apoio direto à operacionalização de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, notadamente o Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade Leite (PAA-Leite) e o Programa Leite Potiguar (PLP).
- 6.2. A definição do quantitativo a ser licitado balizou-se na conjunção de fatores técnicos, logísticos e orçamentários, descritos a seguir:
- a) Limitação Orçamentária: O quantitativo máximo estimado encontra-se estritamente vinculado ao limite financeiro disponibilizado pela Emenda Parlamentar nº 258/2024, que prevê o montante de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Este recurso será aplicado integralmente na aquisição e na instalação dos equipamentos.
 - b) Parâmetros Técnicos e Demanda Estimada: Para o dimensionamento da capacidade de resfriamento, utilizou-se como parâmetro técnico a realidade do semiárido potiguar. Estima-se uma produção média de 50 (cinquenta) litros de leite por dia por agricultor familiar — o que corresponde a um rebanho médio de 5 a 10 matrizes em lactação por unidade familiar.
 - c) Com base nesse volume diário, a presente contratação visa contemplar cerca de 90 (noventa) produtores rurais. Para garantir a viabilidade operacional, esses beneficiários serão organizados em 6 (seis) comunidades ou arranjos associativos distintos, estratégia que reduz drasticamente o tempo de deslocamento da ordenha até o tanque, mitigando a degradação microbiológica e a perda do produto por acidez.
- 6.3. Justificativa do Quantitativo e Descentralização: Visando assegurar a eficiência logística, a descentralização do atendimento e a estrita adequação à capacidade produtiva de cada localidade beneficiada, a equipe técnica da EMATER/RN concluiu pela necessidade de aquisição de 06 (seis) tanques de resfriamento, com capacidades volumétricas distintas, sendo:
- 03 (três) unidades com capacidade de 1.000 (mil) litros; e
 - 03 (três) unidades com capacidade de 500 (quinhentos) litros.

6.4. Conclusão da Estimativa: O quantitativo proposto reflete o início da implantação gradual de uma estrutura de resfriamento coletivo no município. A mescla de capacidades (1.000L e 500L) observa os princípios da economicidade e da proporcionalidade, atendendo à demanda prioritária sem caracterizar superdimensionamento ou risco de ociosidade dos equipamentos. Por se tratar de infraestrutura de uso coletivo, a presente modelagem maximiza o alcance socioeconômico da política pública e da emenda aportada, ainda que não esgote a totalidade da demanda reprimida da região, a qual poderá ser objeto de futuras etapas de expansão e contratações complementares.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO. (ART. 18, §1º, INCISO V)

7.1. Em uma primeira análise, foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades. Apresentando-se alternativas tecnológicas:

Alternativa Tecnológica	Descrição	Vantagens	Desvantagens	Adequação à Realidade de Santana dos
-------------------------	-----------	-----------	--------------	--------------------------------------

				Matos/RN
Tanques de Expansão Direta (2 ordenhas)	Sistema em que o fluido refrigerante entra em contato direto com a superfície interna do tanque, resfriando o leite rapidamente. Projetado para receber até 50% do volume nominal por ordenha.	Alta eficiência energética - Resfriamento rápido (até 4°C em 3 horas) - Menor proliferação de bactérias psicrotróficas	Custo inicial moderado - Necessita de energia elétrica estável	Alta - Ideal para propriedades com até duas ordenhas diárias e produção compatível com a capacidade do tanque.
Tanques de Imersão (Banho de Gelo)	Utiliza água gelada para resfriar o leite, sem contato direto do fluido refrigerante com o leite.	Menor custo inicial - Simplicidade operacional	Resfriamento mais lento - Maior consumo de energia - Menor eficiência térmica	Baixa - Não recomendado devido à menor eficiência e maior risco de contaminação.
Tanques Comunitários	Tanques de grande capacidade utilizados por múltiplos produtores em regime de cooperativa ou associação.	Economia de escala - Melhoria na logística de coleta	Necessidade de gestão compartilhada - Risco de contaminação cruzada - Dependência de infraestrutura coletiva	Média - Viável se houver organização comunitária estruturada e capacitação adequada.

7.2. No mercado para atender à necessidade de aquisição, analisou:

7.2.1. Aquisição por meio de licitação específica: Realização de licitação para compra dos tanques, com entrega direta. Permite maior controle sobre os produtos adquiridos, garantindo qualidade e padronização.

7.2.2. Sistema de Registro de Preços (SRP): A adesão ao SRP permite que diversos órgãos consolidem suas demandas em um único procedimento licitatório, garantindo maior economia de escala, otimização dos processos administrativos e flexibilidade na aquisição dos itens conforme a necessidade.

7.2.3. Adesão a atas de registro de preços de outros entes federativos: Caso já existam atas de registro de preços vigentes em outros estados ou municípios, a Administração Pública Estadual pode aderir a esses registros, desde que haja compatibilidade com as especificações e demandas locais. Essa alternativa reduz o tempo necessário para a aquisição, mas pode limitar a negociação de melhores condições.

7.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) foi descartada por não haver previsão de novas licitações unificadas com essa finalidade em tempo hábil, o que poderia comprometer a execução da emenda parlamentar que financia a aquisição.

7.4. A adesão a atas existentes de outros entes federativos foi considerada limitada quanto à flexibilidade de especificações técnicas e condições de entrega e instalação no município, além de incompatibilidade com os critérios definidos pela EMATER-RN.

7.5. Durante a análise do mercado fornecedor, identificou-se a existência de empresas classificadas como **microempresas e empresas de pequeno porte** capazes de fornecer tanques de resfriamento de leite com as especificações técnicas exigidas. Dessa forma, é possível a aplicação dos dispositivos da **Lei Complementar Estadual nº 675/2020**, permitindo o tratamento favorecido previsto para esse segmento nas contratações públicas do Rio Grande do Norte, inclusive com possibilidade de reserva de cota exclusiva ou critério de desempate regional, sem prejuízo à competitividade do certame.

7.6. Dessa forma, conclui-se que a **aquisição de tanques de expansão direta (2 ordenhas)** por meio de **pregão eletrônico** com julgamento por **menor preço** representa a solução mais vantajosa, eficiente e aderente ao interesse público.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO. (ART. 18, §1º, INCISO VI)

8.1. Com base em pesquisas realizadas em fontes confiáveis, como o **Pesquisa de Preço do Comprasnet**, o tratamento da cesta de preços seguiu a Instrução normativa 65/2021 parametrizados pelos incisos I (sítio oficial do Governo Federal de Pesquisa de Preços) e II com contratações da Administração Pública via Portal Nacional de Contratações Públicas dentro da vigência legal de preços e inciso IV (direta com fornecedores). Além disso, utilizou-se a metodologia que afere os preços excessivamente elevados e inexequíveis, finalizando com a definição da mediana para obtenção do valor final id. 40053931.

8.2. Apresenta-se a seguir a estimativa de preços para tanques de resfriamento de leite com capacidades de 500 e 1.000 litros, conforme as especificações técnicas previamente definidas:

Item	Especificação	CATMAT	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor total	Valor Global
1	Tanque de expansão formato cilíndrico, modelo 02 ordenha, sistema de refrigeração com expansão direta, isolamento térmico em poliuretano de alta qualidade de 1.000 litros. 380V (Trifásico)	217980	3	UND	R\$ 18.662,64	R\$ 55.987,92	

2	Tanque de expansão formato cilíndrico, modelo 02 ordenha, sistema de refrigeração com expansão direta, isolamento térmico em poliuretano de alta qualidade de 500 litros. 220V (Monofásico)	217977	3	UND	R\$ 13.643,00	R\$ 40.929,00	R\$ 96.916,92
---	---	--------	---	-----	---------------	---------------	---------------

8.3. As quantidades foram calculadas considerando o valor médio obtido na pesquisa de preços, sendo 03 unidades de com capacidade menor, destinados a comunidades mais afastadas, com menor volume diário de produção e risco ampliado de deterioração se utilizados tanques maiores. E 03 unidades com maior capacidade de armazenamento, destinados a comunidades com maior concentração de produtores e logística de coleta mais frequente e acessível. Vale salientar que está incluindo entrega, a instalação e instrução básico, de forma a atender o maior número possível de núcleos produtivos, sem comprometer a integridade sanitária do leite armazenado nem ultrapassar o limite da emenda.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO. (ART. 18, §1º, INCISO VII)

9.1. A solução proposta consiste na aquisição, entrega, instalação e operacionalização de tanques de resfriamento de leite em aço inoxidável, com capacidades de 500 e 1.000 litros, dotados de sistema de refrigeração por expansão direta, com controle eletrônico de temperatura, agitador automático e isolamento térmico em poliuretano de alta densidade.

9.2. A medida visa atender à necessidade da EMATER-RN no fortalecimento da cadeia produtiva do leite no município de Santana do Matos, como parte das ações estratégicas de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar, por meio dos programas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos - modalidade Leite e o Programa Leite Potiguar.

9.3. A aquisição contempla não apenas o fornecimento físico dos equipamentos, mas também sua instalação nas localidades indicadas, testes de funcionamento e instrução básico dos operadores locais para uso, higienização e monitoramento da temperatura dos tanques. Os equipamentos deverão atender às normas sanitárias vigentes e às especificações técnicas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Agricultura e INMETRO, incluindo certificações de qualidade.

9.4. Com isso, busca-se garantir a adequada conservação do leite coletado até o momento do transporte ou distribuição, reduzir perdas por deterioração, qualificar o produto fornecido ao consumo humano e elevar o padrão técnico das unidades produtivas assistidas pela EMATER-RN. A solução prevê suporte técnico local durante o período de garantia, com disponibilidade de peças de reposição no Estado do Rio Grande do Norte.

10. JUSTIFICATIVA PARA O (NÃO) PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO. (ART. 18, §1º, INCISO VIII)

10.1. Nos termos do art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021, foi avaliada a viabilidade de parcelamento da solução proposta (aquisição de tanques de resfriamento de leite com capacidades de 500 e 1.000 litros) a fim de verificar a possibilidade de contratação fracionada dos itens, de forma a ampliar a competitividade, assegurar maior número de fornecedores e obter melhores condições comerciais para a Administração.

10.2. Contudo, após análise técnica e mercadológica, concluiu-se que **não é vantajoso promover o parcelamento da contratação**, pelos seguintes fundamentos:

10.2.1. Similaridade técnica e funcional dos itens: ainda que haja duas capacidades distintas (500L e 1.000L), os tanques possuem mesma tecnologia, finalidade, forma de instalação e condições de garantia, sendo fornecidos, em regra, pelo mesmo tipo de fabricante ou distribuidor.

10.2.2. Homogeneidade do objeto: trata-se de bens do mesmo grupo técnico (equipamentos em aço inox com sistema de refrigeração por expansão direta), permitindo tratamento unitário quanto à instalação, capacitação de operadores, suporte técnico e logística.

10.2.3. Fornecedores identificados oferecem os dois modelos: conforme pesquisa de mercado realizada, os principais fornecedores especializados (incluindo microempresas e empresas de pequeno porte) possuem portfólio que abrange ambas as capacidades solicitadas, não havendo risco de restrição à competitividade.

10.2.4. Contratação conjunta reduz custos logísticos e de gestão: a solução unificada reduz a quantidade de contratos, simplifica o recebimento e a fiscalização e evita custos com múltiplas entregas, notas fiscais e pagamentos.

10.2.5. Valor global inferior ao limite legal para exclusividade ME/EPP: o valor total da contratação (R\$ 95.462,27) é compatível com a reserva de cota para ME/EPP conforme a LC nº 675/2020, não havendo necessidade de fracionamento para permitir acesso desse segmento.

10.3. Portanto, diante da homogeneidade do objeto, das condições de mercado e da economicidade envolvida, **não se recomenda o parcelamento da solução**, devendo a contratação ser realizada em lote único, reunindo todos os itens em uma única licitação, com tratamento conjunto de entrega, instalação e garantia.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS. (ART. 18, §1º, INCISO IX)

11.1. A presente contratação busca alcançar resultados concretos e mensuráveis relacionados à melhoria da qualidade da produção leiteira, à valorização da agricultura familiar e à promoção da segurança alimentar no município de Santana do Matos/RN. Com a aquisição e instalação de tanques de resfriamento de leite de 500L e 1.000L, espera-se:

- I - Aprimorar a conservação do leite cru coletado pelos pequenos produtores, reduzindo perdas por deterioração e assegurando padrões sanitários adequados;
- II - Ampliar a capacidade local de atendimento aos programas sociais de distribuição de leite, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA - modalidade leite) e o Programa Leite Potiguar;
- III - Fortalecer a cadeia produtiva do leite no território, com reflexo positivo sobre a renda de agricultores familiares;
- IV - Aumentar a eficiência logística da coleta e distribuição do leite, reduzindo custos operacionais e desperdícios;
- V - Elevar a qualidade técnica e sanitária do leite distribuído, contribuindo para o acesso de famílias vulneráveis a um alimento seguro, nutritivo e de origem local.

11.2. Esses resultados serão aferidos por meio da entrega e funcionamento adequado dos equipamentos, da utilização regular pelos beneficiários e do impacto direto nas metas dos programas institucionais de combate à insegurança alimentar e de fortalecimento da agricultura familiar.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE. (ART. 18, §1º, INCISO X)

12.1. Além das medidas administrativas e documentais, a EMATER-RN deverá verificar para viabilizar de forma eficiente a implementação da solução proposta, quais sejam:

I - Verificação e, se necessário, solicitar adequação da infraestrutura elétrica do local de instalação dos tanques, garantindo suporte à carga exigida pelos sistemas de refrigeração (com atenção à tensão, disjuntores e cabeamento);

II - Garantia de espaço físico adequado, com ambiente protegido, nivelado e de fácil acesso para instalação dos tanques e operação segura pelos usuários;

III - Disponibilização de ponto de água limpa e sistema de drenagem próximo ao local de instalação, conforme exigido para a higienização e escoamento do leite residual;

IV - Avaliação da necessidade de capacitação complementar dos operadores locais, com vistas à correta operação e higienização dos equipamentos, mesmo após o treinamento básico a ser oferecido pela contratada;

V - Designação formal e capacitação dos fiscais e gestores do contrato, com emissão de portaria e ciência dos envolvidos, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Todas essas providências visam garantir a **plena eficácia da contratação e o uso correto do bem público**, com segurança técnica, sanitária e institucional, conforme previsto na legislação vigente e nas orientações de boas práticas da AGU e do TCU.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES. (ART. 18, §1º, INCISO XI)

13.1. A presente contratação possui relação com ações e iniciativas desenvolvidas pela EMATER/RN no âmbito do fortalecimento da agricultura familiar e apoio à cadeia produtiva do leite no município de Santana do Matos/RN, especialmente aquelas voltadas à assistência técnica rural, incentivo à produção leiteira e melhoria da infraestrutura produtiva das comunidades rurais. A presente contratação possui relação com ações e iniciativas desenvolvidas pela EMATER/RN no âmbito do fortalecimento da agricultura familiar e apoio à cadeia produtiva do leite no município de Santana do Matos/RN, especialmente aquelas voltadas à assistência técnica rural, incentivo à produção leiteira e melhoria da infraestrutura produtiva das comunidades rurais.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS. (ART. 18, §1º, INCISO XII)

14.1. A presente contratação envolve a aquisição de tanques de resfriamento de leite fabricados em aço inox com sistema de refrigeração por expansão direta. Trata-se de um bem de uso durável, com impacto ambiental direto considerado **baixo**, não sendo necessária licença ambiental específica para sua aquisição ou instalação.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA. (ART. 18, §1º, INCISO XIII)

15.1. Com base nas análises técnicas, operacionais e de mercado realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de oito tanques de resfriamento de leite em aço inox, com capacidades de 500 e 1.000 litros, dotados de sistema de refrigeração por expansão direta, representa a solução mais adequada, viável e vantajosa para o atendimento da necessidade identificada.

15.2. A solução atende plenamente aos objetivos institucionais da EMATER-RN, contribuindo para o fortalecimento da cadeia produtiva do leite no município de Santana do Matos/RN, a redução de perdas pós-ordenha, a valorização da produção da agricultura familiar e a ampliação da cobertura dos programas de segurança alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade Leite (PAA-Leite) e o Programa Leite Potiguar (PLP).

15.3. A especificação técnica do objeto foi construída com base em padrões de mercado e critérios objetivos de qualidade, desempenho e durabilidade, garantindo alinhamento com as normas sanitárias aplicáveis (MAPA, INMETRO, N-76 e N-77). A modalidade escolhida – pregão eletrônico, com critério de julgamento por menor preço – assegura a seleção da proposta mais vantajosa, com ampla competitividade e conformidade legal.

15.4. Adicionalmente, foram previstas as devidas medidas de mitigação de impactos ambientais, condições adequadas de garantia, suporte técnico e controle de qualidade na entrega e instalação, assegurando que a execução contratual ocorra de forma eficiente, segura e em benefício direto do interesse público.

15.5. Diante do exposto, posiciona-se pela pertinência, viabilidade e conformidade da contratação, recomendando-se

MANOEL PEREIRA NETO
Matr.: 242.658-7
Analista de Extensão Rural

VICTOR HUGO LOUZEIRO DE LIMA
Matr.: 242.658-7
Subcoordenador Regional

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MINUTA

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº xxx/2026, QUE
CELEBRAM ENTRE SI O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - EMATER/RN E A EMPRESA xxxxxxxxxxxx.

O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio do INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE - EMATER/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.281.073/0001-00, com sede no Centro Administrativo, BR 101, Bloco 05, Lagoa Nova - Natal/Rio Grande do Norte, CEP: 59.064-901, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do Sr. FRANKI DA SILVA SOUZA, portador da Carteira de Identidade nº 2****9, e CPF nº 011*****18, denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a aquisição de 6 (seis) tanques de resfriamento de leite com sistema de expansão direta, confeccionados em aço inoxidável, com capacidades de 500 litros (três unidades) e 1.000 litros (três unidades), incluindo entrega, instalação, testes de funcionamento e capacitação de operadores locais. O fornecimento destina-se ao fortalecimento da cadeia produtiva do leite no município de Santana do Matos/RN, no âmbito das ações executadas pela EMATER-RN vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade Leite) e ao Programa Leite Potiguar, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e do Edital.

1.2. Objeto da contratação:

Grupo de item	item	Especificação	CATMAT	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor total	Valor Global
1	1	Tanque de expansão formato cilíndrico, modelo 02 ordenha, sistema de refrigeração com expansão direta, isolamento térmico em poliuretano de alta qualidade de 1.000 litros. 380V (Trifásico)	217980	3	UND	R\$ 18.662,64	R\$ 55.987,92	R\$ 96.916,92
	2	Tanque de expansão formato cilíndrico, modelo 02 ordenha, sistema de refrigeração com expansão	217977	3	UND	R\$	R\$	

	direta, isolamento térmico em poliuretano de alta qualidade de 500 litros. 220V (Monofásico)				13.643,00	40.929,00	
--	--	--	--	--	-----------	-----------	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 dias contados a partir da assinatura do instrumento contratual, com prazo de prorrogação por igual período, suficiente para entrega, instalação, recebimento definitivo e demais obrigações correlatas.
- 2.2. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 3.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 3.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 3.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 3.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 3.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.7. Forma de Execução ou Entrega:

- 3.7.1. Os materiais a serem adquiridos deverão ser entregues nos endereços e/ou locais fornecidos pela contratante, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para fiscalização e recebimento.
- 3.7.2. Caso a empresa contratada não se apresente na data determinada para a entrega e não apresente a devida justificativa, será aplicada, conforme o caso, as sanções previstas em lei.
- 3.7.3. Na entrega, o responsável da CONTRATANTE irá avaliar, juntamente com o responsável da empresa contratada, se cada item contém as devidas especificações acordadas no contrato.

3.8. Local de Execução ou Entrega:

- 3.8.1. A entrega dos produtos deverá ser feita na **EMATER em Santana do Matos, Av. 27 de Outubro, 11, Santa Luzia, Santana do Matos/RN nos horários das 08h às 14h**, em dias úteis.

3.9. Prazo de Execução ou Entrega:

- 3.9.1. Prazo de 20 (vinte) dias, devendo o material a ser entregue, receber a prévia aprovação do Fiscal do Contrato, que se reserva ao direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam os padrões específicos.

3.10. Fiscalização Contratual:

- 3.10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, bem como Gestor do Contrato, devidamente designado em ato expedito pelo Ordenador de Despesa deste Instituto.
- 3.10.2. Fica designado para o(a) fiscal e gestor(a) para o presente contrato:

FISCAL TITULAR	FISCAL SUBSTITUTO
XXXXXXXXXXXX	XXXXXXX
Matricula	Matricula
XXXXXXXXXXXX	XXXXXXX
Gestor do Contrato	
XXXXXXX	XXXXXXXXXXXX

3.10.3. Os produtos entregues a contratante deverão apresentar perfeito estado a serem conferido pelo fiscal do contrato no recebimento do objeto;

3.10.4. O acompanhamento e avaliação da entrega dos materiais serão efetuados através do fiscal do contrato, designados por ato de portaria, nos termos do Art. 117 da Lei 14.133/2021.

3.10.5. O fornecimento será realizado mediante emissão de Ordem de Compra, que deverão conter data de expedição, quantidade pretendida, preço unitário e total, local e horário de entrega autorizado por um servidor responsável e prazo para entrega.

3.10.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.10.7. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.10.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.10.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.10.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.10.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

3.11. Gestor do contrato

3.11.1. Cabe ao gestor do contrato:

3.11.2. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.11.3. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

3.11.4. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.11.5. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.11.6. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.11.7. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.11.8. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **XXXXXX (XXXXXXXXXX)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. DA LIQUIDAÇÃO

6.2. Em atenção ao disposto no artigo 4º, § 1º e 3º da Resolução 011 de 16 de maio de 2024 do Tribunal de Contas do Estado-TCE:

"Art. 4º. Os prazos para liquidação e pagamento são cláusulas necessárias nos instrumentos de contrato, nos termos do inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 3º. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os prazos para liquidação da despesa e pagamento serão reduzidos pela metade

6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.4. O prazo de validade;

6.5. A data da emissão;

6.6. Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.7. O período respectivo de execução do contrato;

6.8. O valor a pagar; e

6.9. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.13. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital/aviso de contratação e seus anexos;

6.14. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

6.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

6.19. PRAZO DE PAGAMENTO

6.20. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

6.21. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

6.22. FORMA DE PAGAMENTO

6.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. O reajuste será devido após a ocorrência da anualidade, nos termos do art. 92, V, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. A periodicidade do reajuste será de 12 (doze) meses, utilizando-se como índice de correção o IPCA/IBGE, ou outro

que venha a substituí-lo.

7.4. A fórmula de reajuste será a variação acumulada do índice adotado, conforme cálculo objetivo:

$\text{Preço reajustado} = \text{Preço original} \times (\text{Índice atual} / \text{Índice da data-base}).$

7.5. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, o valor devido deverá ser atualizado monetariamente, utilizando-se o índice oficial de correção aplicável ao período, incidindo entre a data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.8. A CONTRATANTE deverá se manifestar sobre eventuais pedidos de repactuação de preços apresentados pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa formal.

7.9. O prazo será contado a partir do protocolo oficial do pedido.

7.10. A ausência de resposta dentro do prazo não implica concordância automática, devendo o processo ser decidido pela autoridade competente tão logo finalizada a análise técnica

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.10. A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **20 (vinte) dias**;

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.7. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

- 9.8. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.9. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.10. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 9.11. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
- 9.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.13. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.14. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.15. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.21. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.23. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.25. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.26. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.27. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.29. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.30. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.31. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.33. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.34. Apresentar, no ato da contratação, a documentação relacionada no art. 7º da Portaria Conjunta nº 13/2021 - SEAD/SEM/JIDH/SETHAS/SEEC, que estabelece normas complementares e regulamentadoras para o cumprimento do Decreto Estadual nº 30.753/2021, que trata sobre o Programa Estadual de Aprendizagem do Rio Grande do Norte (RN APRENDIZ).

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1. A Contratada prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a qual será liberada somente após o término da vigência contratual, devendo ser renovada na eventual prorrogação contratual e reforçada no caso de alteração do valor contratado, de

forma a manter o percentual.

10.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro-garantia; e
- c) Fiança bancária.

10.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no Banco do Brasil.

10.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

10.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada; e

d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

10.6. Os equipamentos fornecidos terão garantia técnica mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, instalação ou funcionamento.

10.7. Durante o período de garantia, a CONTRATADA será responsável, sem ônus para a Administração, por:

a) assistência técnica;

b) manutenção corretiva;

c) substituição de peças e componentes defeituosos;

d) reposição integral do bem em caso de defeito não sanável.

10.8. A CONTRATADA deverá fornecer manual do usuário, contatos da rede de assistência autorizada e orientações técnicas necessárias ao uso adequado.

10.9. O prazo de garantia será contado a partir do recebimento definitivo dos equipamentos

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.4. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.5. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.6. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.7. Deixar de apresentar amostra;

11.8. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.9. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.10. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

11.11. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.12. Fraudar a licitação

11.13. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.14. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.15. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.16. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.17. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.18. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.19. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.20. Advertência;

- 11.21. Multa;
- 11.22. Impedimento de licitar e contratar e
- 11.23. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.24. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.25. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.26. 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.27. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.28. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.29. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.30. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.31. Para as infrações previstas **nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.32. Para as infrações previstas **nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.33. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.34. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.35. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas **nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Rio grande do Norte, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.36. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas **nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9**, bem como pelas infrações administrativas previstas **nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 11.37. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita **no item 11.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 11.38. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.39. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.40. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.41. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.42. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Estado.
- 11.43. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA— DA MATRIZ DE RISCO

12.1. As partes reconhecem a necessidade de distribuição objetiva dos riscos associados ao fornecimento e instalação dos bens contratados, adotando-se a seguinte matriz de risco simplificada:

I - Riscos da CONTRATADA:

- a) riscos operacionais, técnicos ou decorrentes da execução inadequada;
- b) falhas de instalação, funcionamento ou testes;

- c) vícios, defeitos e problemas relacionados à garantia técnica;
- d) custos adicionais oriundos de erros no dimensionamento da proposta.

II - Riscos da CONTRATANTE:

- a) atrasos no acesso ao local de instalação por motivos exclusivamente administrativos;
- b) atrasos de pagamento, com a atualização prevista na legislação;
- c) alterações unilaterais formalmente justificadas.

III - Riscos Compartilhados:

- a) eventos de caso fortuito ou força maior, conforme legislação civil;
- b) atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que impactem a execução.

12.2. A ocorrência de eventos previstos nesta matriz será tratada conforme alocação acima, sem direito à recomposição quando configurado risco da parte responsável.

12.3. A recomposição econômico-financeira será devida apenas quando configurado risco alocado à CONTRATANTE ou evento compartilhado, mediante justificativa e instrução própria.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

13.4. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.5. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.11. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.14. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.15. Das indenizações e multas.

13.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.16. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.17. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.18. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a

celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, constante na Lei Orçamentária Anual - 2026, na dotação abaixo discriminada:

15.1. Unidade Gestora: 312021 - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

15.2. Gestão: 00001 - Gestão Tesouro

- I - Unidade Orçamentária: **31202 Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN**
- II - Subação: **195401** Segurança Alimentar e Nutricional
- III - Funcional Programática: **20.606.0413.1954**
- IV - Natureza de Despesa: **44.90.52** Equipamentos e Material Permanente
- V - Fonte: **0.500 Recursos não vinculados de Impostos**

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos decorrentes da execução do presente contrato serão resolvidos pela Administração, à luz das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 32.449/2023, das demais normas aplicáveis do Estado do Rio Grande do Norte e, subsidiariamente, dos princípios gerais do direito administrativo.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#)..

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO ([ART. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Natal/RN, __ de _____ de 202__.

FRANKI DA SILVA SOUZA
Diretor-Geral
EMATER/RN
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

AO INSTITUTO ASSISTÊNCIA TÉCNICA EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE-EMATER/RN - CNPJ Nº **08.281.073/0001-00**

Sr(a) Pregoeiro(a),

Seguindo os ditames do edital, apresento a Vossa Senhoria a nossa proposta para o PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/202X, conforme a seguir relacionados, especificados de acordo com ANEXO I, do Edital:

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total
1				R\$	R\$
2				R\$	R\$
	Valor Total				

1. PRAZO DE GARANTIA:

1.1. O licitante deve obedecer ao prazo disposto no Termo de Referência (Anexo I). Caso o mencionado Termo não especifique o prazo de garantia de determinados produtos, será considerado como tal o prazo mínimo estabelecido na legislação consumerista, entretanto, se a garantia do fabricante for maior, esta prevalecerá.

2. VALIDADE DA PROPOSTA:

2.1. Declaramos que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega.

3. PRAZO DE ENTREGA:

3.1. O prazo de entrega e instalação será de no máximo 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato, com substituição de equipamentos fora de especificação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, conforme cláusula contratual.

4. LOCAL DE ENTREGA:

4.1. A entrega deve ocorrer diretamente no município de Santana do Matos/RN, com **instalação completa dos equipamentos e instrução básica dos operadores locais**, garantindo o pleno funcionamento da solução, conforme cláusula contratual.

5. PRAZO DE PAGAMENTO:

5.1. A licitante DECLARA que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO II deste Edital.

6. CONTA BANCÁRIA:

6.1. Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco _____, Nº _____, Agência _____ (com seus dígitos verificadores), e o nosso telefone para contato é _____, fax _____ e e-mail.

7. DECLARO:

7.1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

7.2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos.

7.3) Que os serviços serão prestados conforme especificações previstas no Termo de Referência, e serão obedecidas as condições gerais e exigências previstas no Termo de Referência e Adendo.

Atenciosamente, Natal/RN, ____ de _____ de 20 ____.

Diretor ou representante legal – RG/CPF

ANEXO IV

MINUTA DE ORDEM DE COMPRA

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EXTENSAO RURAL-EMATER-RN

MINUTA

ORDEN DE COMPRA Nº xx/2026					
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:					
DISPENSE ART. 75 INC.: I() II() INEXIGIB. ART. 74 INC.: I() II() III() CONCORRÊNCIA Nº () PREGÃO ELETRÔNICO Nº () ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ()			Processo SEI Nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		
DADOS DA CONTRATADA					
Empresa (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)					
ENDEREÇO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx			CONTATO: xxxxxxxxxxxxxxxxx		
Solicitamos a V.Sa. Fornecer o material/ serviço abaixo especificado.			Forma de de Pagamento: ORDEM BANCARIA		
Prazo e Condições de Entrega: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx			Local da entrega: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		
OBJETO					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UNIDADE	PREÇO	
				VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxx	UND.	R\$ xxxxxxx	R\$ xxxxxxxx
xx					
xx					
VALOR TOTAL					R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxx
DADOS DA CONTRATANTE					
Diretor-Geral/Ordenador de Despesas: Franki da Silva Souza Gestão: 00001 - Tesouro Unidade Gestora: 312021 - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural Endereço: Av. Senador Salgado Filho - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN CNPJ: 08.281.073/0001-00					
DADOS DO EMPENHO:					
Nº DO EMPENHO - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx					
DATA DA EMISSÃO: xxxxxxxxxxxxxxxxx					
Natureza de Despesa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx					
Subação: xxxxxxxxxxxxxxxxx					
Fonte de Recurso:xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx					
Valor: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx					
IMPORTANTE:					
1.Prazo de execução do objeto: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA					
2.Inicio da execução: A partir da Assinatura desta ordem pelo Diretor Geral.					
3.Termino da execução: Conforme vigencia de contrato					
4. O número desta Ordem deve constar, obrigatoriamente, em todos os documentos do fornecedor.					
5. O objeto correspondente a esta Ordem deve ser entregue ao GASA (quando for o caso) desta Instituição, acompanhado da respectiva nota fiscal, recebido, e as seguintes Certidões Negativas: Quanto a Dívida Ativa do Estado de Débitos Estaduais (Tributação) e Municipal, Débitos relativos aos Tributos Federais e Divida da União, FGTS, e Trabalhista.					
6. A documentação acima mencionada devem ser também através do e-mail: ematercontratos@hotmail.com					

7. Esta Instituição se reserva ao direito de recusar o material ou serviço correspondente a esta Ordem, caso não obedeça às especificações acima e/ou as constantes da respectiva licitação. Para qualquer esclarecimento entrar em contato através do fone (84) 98624-6656.

OBSERVAÇÃO:

1) Em caso de necessidade de qualquer alteração, quanto a horários, locais e prazos, deverá ocorrer comunicação prévia de, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas. Ocorrendo somente, mediante autorização por parte da CONTRATANTE.

Natal/RN, data da assinatura eletrônica

Franki da Silva Souza
Diretor-Geral
EMATER/RN

Referência: Processo nº 02610010.001048/2026-65

SEI nº 41330500